

A GUERRA NA SÍRIA: ENTRE ANTIGAS E NOVAS FORMAS DE VIOLÊNCIA

Letícia Rizzotti Lima¹



Fonte: Manzano (2012).

A atual Guerra na Síria se desenrolou de uma série de revoltas populares no Norte da África e no Oriente Médio em 2011, no bojo do movimento conhecido como Primavera Árabe. As manifestações levaram parte das populações às ruas em oposição a governos autoritários longevos da região, e foram amplamente noticiadas pelas principais agências de notícias internacionais como um levante pela liberdade política. Ainda que a prática de repressões violentas aos civis tenha sido um importante motor da permanência das pessoas nas ruas, a grave crise econômica que atingia especialmente os países dependentes da exportação petrolífera já havia deteriorado as condições de vida, espalhando descontentamento. Em 2010, 20% dos sírios viviam precariamente fruto da migração do campo para as cidades, 30% estavam abaixo da linha da pobreza e 11% não tinham condições de subsistência (PHILLIPS, 2016, p.47).

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais ‘San Tiago Dantas’ (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Graduada em Relações Internacionais pela Unifesp. Pesquisadora do GEDES. E-mail: leticia.rizzotti@gmail.com.

O abandono social gerado pelas reformas neoliberais no início do governo de Bashar al-Assad e o clima de oposição política na região foram o estopim para as revoltas populares, recepcionadas pelo governo com forte repressão armada e violência policial. Relatos apontam para o uso de infiltrados armados de Assad nos protestos para justificar o uso de armas na repressão (KALDOR, 2018), e em julho de 2011, 1900 pessoas haviam sido mortas no contexto das manifestações segundo relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) (KALDOR, 2018, p.162). Com o alto grau de violência, grupos armados foram organizados com a defecção de militares, beneficiando-se dos interesses geopolíticos no país e do financiamento de organizações criminosas e atores internacionais, formando assim um dos conflitos mais letais e multifacetados em curso hoje (KALDOR, 2018).

A guerra conta com características híbridas importantes dos conflitos da globalização: tem grupos paraestatais pulverizados, financiados por meios pouco claros e é influenciada por interesses geopolíticos significativos. Antes de detalhar essa dinâmica que une fases complexas do fenômeno conflitivo contemporâneo, vale pontuar a difícil negociação internacional que se instalou sobre a situação, ainda em curso quase uma década após o início da violência em massa.

Enquanto o contexto local era amplamente influenciado pela condição de precarização da vida das pessoas e pelos levantes regionais contra governos, o arcabouço institucional da comunidade internacional sobre a paz e a segurança internacional – centrada no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) – foi tomado pela crise de legitimidade dos instrumentos intervencionistas por outro conflito da mesma conjuntura. A debacle do governo na Líbia, marcado por características semelhantes ao sírio, também no bojo da Primavera Árabe, ensejou a operação comandada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com um mandato autorizado pelo CSNU, justificada com o uso inédito do princípio de Responsabilidade de Proteger (conhecido pela sigla em inglês: R2P)². O resultado dessa operação foi bastante controverso, e as potências ocidentais comandantes da missão (França, Reino Unido e

² A R2P foi inaugurada em 2001 a reboque das críticas sobre intervenções humanitárias dos anos 1990, e prevê no texto original a reinterpretação da soberania territorial, a partir da corresponsabilidade entre agentes estatais e comunidade internacional, a fim de proteger populações vítimas de violência em larga escala (ICISS, 2001; WEISS, 2007). Suas características e possibilidades de uso são francamente debatidas após a operação na Líbia, em função da ação da OTAN que derrubou o governo de Gaddafi e ampliou a instabilidade política. Para detalhes deste debate, consultar entre outros BELLAMY, 2011 e WELSH, 2013.

EUA) foram acusadas de subverter o mandato para levar a cabo seus interesses na região e operar uma mudança de regime (BASARAN, 2014; BELLAMY, 2011; THAKUR, 2013).

Esse episódio antecedeu imediatamente a crise na Síria e abriu uma das mais graves crises de legitimidade dos instrumentos de intervenção dos últimos 30 anos³. Com a repercussão negativa do engajamento na Líbia, a discussão sobre a imperatividade da proteção – arguida pelos defensores da R2P (BELLAMY, 2011; CROSSLEY, 2020) – foi embargada pelos evidentes interesses geopolíticos de Estados Unidos e Rússia (WELSH, 2013), e a retórica sobre o abalo na Líbia serviu de combustível para a reticência na autorização de qualquer atuação multilateral mais ousada (CARVALHO, LIMA, 2020). Vale frisar que o embate narrativo sobre a R2P não explica em si mesmo o entrave do CSNU ainda vigente sobre a Síria, a presença de interesses geopolíticos contundentes diminui a capacidade de acordo sobre ações mais invasivas. Além disso, o elemento político da opinião pública sobre interesses ocidentais escusos (THAKUR, 2013) serviu à posição de inação multilateral no CSNU.

Com o entrave no âmbito decisório da governança global, o conflito se instaurou com uma miríade de atores que desempenharam papéis significativos em momentos distintos. O Uppsala Conflict Data Program (UCDP) aponta que a guerra se divide em sete fases com a predominância de determinados grupos: 1) início dos protestos e formação inicial de milícias em 2011; 2) rebelião armada e a ascensão dos grupos rebeldes em 2012; 3) a intervenção do Hezbollah em 2013; 4) a expansão do Estado Islâmico (ISIS) em 2014; 5) a intervenção russa em 2015; 6) a intervenção turca em 2016; e 7) o declínio de grupos rebeldes desde 2017 (UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM, [2020]). Nesta cronologia ainda vale acrescentar o bombardeio realizado por tropas estadunidenses em abril de 2018 apoiadas por França e Reino Unido, reeditando a "coalizão da boa-vontade"⁴ por sua operação fora da legalidade internacional (CARVALHO, RIZZOTTI LIMA, 2018).

Dos múltiplos grupos rebeldes formados na eclosão da guerra, vale mencionar o Conselho Nacional Sírio⁵, que foi criado em Istambul ainda em setembro de 2011 por incentivo de atores externos como uma base unida para a oposição em exílio, entretanto

³ Para detalhes da avaliação dos parâmetros de legitimidade em intervenções humanitárias, consultar CARVALHO, LIMA, 2020.

⁴ Grupo de países apoiadores da invasão do Iraque pelos EUA em 2003.

⁵ Traduzido livremente do inglês “Syrian National Council”.

não conseguiu evitar a pulverização de atores em campo. Foi financiado principalmente pela Turquia e pelo Qatar, e adotou inicialmente uma postura antimilitarização das tensões e contra a intervenção multilateral – este posicionamento foi abandonado já em março de 2012 (KALDOR, 2018). Em 2013, a Coalizão Nacional para Revolucionários Sírios e Forças Opositoras⁶ foi formada com a mesma intenção do Conselho, e igualmente não conseguiu superar as cisões impostas pela conjuntura (KALDOR, 2018).

No que diz respeito aos grupos armados, coalizões foram agregadas a fim de coordenar e distribuir armas e financiamento, provenientes tanto de atores estatais, quanto privados. Dentre elas, destacam-se o Exército Livre Sírio⁷, o Alto Conselho Militar⁸ e o Comando Supremo Militar⁹. No começo da atuação armada, o objetivo central dos grupos era criar o apelo para uma intervenção internacional mais robusta que se unisse à luta contra Assad (KALDOR, 2018). Contudo, com a repercussão sobre o processo líbio poucos meses antes, a tônica internacional se esquivou das ações multilaterais e adotou práticas opacas de envolvimento.

Ademais, dois outros atores ganharam importante papel pelo controle territorial que exerceram: o Estado Islâmico, conhecido como ISIS, e o Partido da União Democrática Curda¹⁰ (PYD). O ISIS descendeu de um braço iraquiano da Al-Qaeda atuante especialmente no contexto conturbado após a queda de Saddam Hussein, sua frente se identificava não apenas com as técnicas de terrorismo contemporâneo, mas também com a vertente mais violenta do Jihadismo – movimento que invoca o embate de grupos radicais do islamismo contra o domínio do Ocidente (KALDOR, 2018) –, colocando-se essencialmente como um flanco transnacional, que inclusive angariou combatentes de fora da Síria (incluindo europeus e estadunidenses) no combate a Assad (PHILLIPS, 2016). O grupo dominou parte do território sírio no contexto de sua expansão regional e representou forte ameaça à sustentação do regime de Assad. Isso, entretanto, não significa que o ISIS compôs com demais grupos rebeldes, mas ao contrário: seu radicalismo proeminente o afastou das coalizões de orientação secular e as constantes práticas de repressão à população sob seu domínio levaram ao isolamento político e

⁶ Traduzido livremente do inglês “National Coalition for Syrian Revolutionary and Opposition Forces”.

⁷ Traduzido livremente do inglês “Free Syrian Army”.

⁸ Traduzido livremente do inglês “Higher Military Council”.

⁹ Traduzido livremente do inglês “Supreme Military Command”.

¹⁰ Traduzido livremente do inglês “Kurdish Democratic Union Party”.

enfraquecimento das pautas apresentadas no início das manifestações pelos primeiros grupos rebeldes (PHILLIPS, 2016).

Um importante combatente do Estado Islâmico foi justamente o partido curdo PYD. O grupo se interpôs entre áreas dominadas pelo ISIS e a fronteira turca, impedindo o avanço dos jihadistas e garantindo o controle do fluxo de recursos via Turquia (PHILLIPS, 2016). O PYD ainda firmou um acordo com o regime de Assad para poupar sua área de controle dos bombardeios aéreos e, então, logrou pressionar o domínio territorial do ISIS (KALDOR, 2018). Não apenas o controle do território inflamou o embate entre curdos e o Estado Islâmico: a disputa por recursos e o acesso às reservas de petróleo também incentivaram a oposição entre os dois atores (PHILLIPS, 2016).

A pluralidade dos atores envolvidos se reflete igualmente no *front* com o enfrentamento entre grupos opositores ao governo, milícias treinadas e financiadas por russos, turcos e estadunidenses e coalizões contra o ISIS. Por esse motivo, é possível observar as condições da guerra na Síria com elementos da geopolítica, das novas guerras e da guerra contra o terror (KALDOR, 2018). Enquanto os interesses de potências regionais e globais disputam o acesso a recursos – especialmente o petróleo –, e a influência sobre o controle da região, em uma releitura das guerras por procuração¹¹ do período da Guerra Fria – a exemplo do engajamento de Rússia e Irã ao lado do regime Assad e das potências ocidentais do lado dos rebeldes seculares –, as narrativas sectárias e a violência aos civis são centrais na tipologia das novas guerras¹² perpetradas a partir dos anos 1990. E ainda, com o envolvimento significativo do ISIS, há uma alta carga de novas práticas de segurança para o combate ao terrorismo internacional do século XXI, como o uso de novas tecnologias militares (drones), bem como a contratação de agências privadas para o enfrentamento aos terroristas (KALDOR, 2018).

¹¹ Em tradução à expressão em inglês “*proxy war*”, que indica o envolvimento indireto de potências em conflitos localizados.

¹² Novas guerras é uma tipologia criada por Mary Kaldor (2012) que indica características dos conflitos do pós-Guerra Fria amplamente ligadas ao processo de aprofundamento da globalização e de esfacelamento das autoridades tradicionais. Resumidamente, seus elementos centrais são: a) os atores beligerantes não eram mais necessariamente agentes estatais, mas sim em que a primazia da perpetração da violência era realizada por atores organizados como milícias e grupos paramilitares; b) os recursos de combate adivinham de financiamento ilegal, como o tráfico de armas, drogas e pessoas; c) retóricas utilizadas para arregimentação do apoio das populações estavam lastreadas na fortificação de identidades étnicas – mesmo que estas não tivessem esteio na realidade; d) o objetivo político e econômico da guerra era sua própria perpetuação para a reciclagem do lucro derivado das atividades ilegais; e e) a centralidade dos alvos civis em larga escala.

A complexidade de atores e práticas de combate criou um estado de extrema violência, tendo já resultado em mais de 362 mil mortes entre 2011 e 2019, segundo o Uppsala Conflict Data Program, sendo que mais de 83% dessas mortes foi causada por atores estatais, especialmente no embate entre o governo sírio e rebeldes. A alta mortalidade do conflito ganhou tons ainda mais vis com a publicação pela BBC News de evidências sobre o uso de armas químicas por Assad, em ao menos 106 ocasiões entre 2014 e 2018 (AL-MAGHAFI, 2018). Segundo indícios colhidos pela reportagem e o relatório da missão conjunta da Organização pela Proibição das Armas Químicas (na sigla em inglês, OPCW) e a ONU, o governo Assad usou gás sarin em regiões estratégicas de domínio rebelde. A investigação da missão OPCW-ONU ainda levantou o uso de gás mostarda pelo ISIS e apontou o cloro como o agente químico mais utilizado nos ataques da guerra do governo (AL-MAGHAFI, 2018). O uso deste tipo de armamento é francamente proibido pelo Direito Internacional Humanitário devido às suas graves consequências às populações civis e danos físicos aos atingidos. Os relatos mais comuns sobre seus efeitos são mortes por sufocamento e paradas respiratórias.

A dimensão do sofrimento humano na Guerra da Síria não está constricta às mortes em larga escala, no entanto. Milhões de pessoas fugiram do país como refugiados escapando do conflito desde 2011, majoritariamente via Turquia e Líbano. Segundo os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), mais de 5,5 milhões de pessoas saíram do país e outras 6,6 milhões se encontram como deslocados internos (UNHCR, [2020]). Esse fluxo migratório desembocou em uma significativa crise humanitária, quando as pessoas chegaram às fronteiras europeias pela superlotação dos campos de refugiados na Turquia, no Líbano e na Jordânia em 2015. Naquele ano, mais de 1 milhão de pessoas atravessaram o Mediterrâneo rumo ao continente e 3735 morreram afogadas ou desapareceram no mar; em 2016 o número de mortos subiu para 4913 segundo registros da Organização Internacional para Migrações (OIM) (ESPARZA, 2016).

As condições de precariedade para as populações tanto nos campos de refugiados, quanto na escassa recepção continental da Europa continuam o sofrimento da guerra mesmo fora da Síria. Em setembro de 2020, um incêndio no campo de Moria (Grécia) causou grande alarme pela devastação de abrigos já bastante precários em plena crise da pandemia de COVID-19. O Comitê de Liberdades Cívicas do Parlamento Europeu classificou as condições de recepção das pessoas no campo como inumanas em suas visitas de inspeção, antecipando o incêndio (FIRE, 2020).

Com o cenário do conflito desenhado, o que fica patente é a continuação dos efeitos perversos da violência em massa nas vítimas desse processo. O travamento das possibilidades de negociação nas arenas internacionais ampliou a clandestinidade da atuação dos atores centrais de financiamento e, assim, uma solução multilateralmente concertada que se proponha à mitigação do sofrimento humano na região parece distante. Neste sentido, a guerra na Síria exprime justamente a continuação de formas de violência, sejam as tradicionalmente vistas nos combates, os ataques proscritos de armas químicas, ou mesmo a degradação das condições de vida da população local e nos campos de refugiados. No atual estágio do conflito, qualquer solução haverá de lidar com as consequências dramáticas causadas por quase uma década de violência aberta, o fracasso das políticas de recepção de refugiados e a dificuldade de congregar os grupos envolvidos em um acordo político.

REFERÊNCIAS

AL-MAGHAFI, Nawal. Como armas químicas ajudaram Assad a estar perto da vitória na Síria. **BBC News**. 16 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45816458>. Acesso em 10 dez. 2020.

BASARAN, Halil R. Identifying the Responsibility to Protect. **Fletcher F. World Aff.**, v.38, 2014.

BELLAMY, Alex. Libya and the Responsibility to Protect: the exception and the norm. **Ethics & International Affairs**, v.25, n.3. 2011. pp.263-269.

CARVALHO, Daniel C.; LIMA, Letícia R. Protection or Interference? The Legitimacy of Contemporary Humanitarian Interventions and the Engagement of Nonhegemonic Powers. **Contexto Interncional**, v. 42, n.2, 2020.

CARVALHO, Daniel C.; RIZZOTTI LIMA, Letícia. Bombardeios na Síria e a implosão da governança internacional. **Eris (GEDES)**. 24 de julho de 2018. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/bombardeios-na-siria-e-a-implosao-da-governanca-internacional/>. Acesso em 04 dez. 2020.

CROSSLEY, Noele. Consistency, Protection, Responsibility: revisiting the debate on selective humanitarianism. **Global Governance**, v.26, n.3, 2020. pp. 473-499.

ESPARZA, Pablo. Por que menos refugiados chegaram à Europa, mas mais morreram afogados em 2016. **BBC News**. 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38449301#:~:text=O%20ano%20da%20crise%20dos,tentando%20cruzar%20o%20mar%20Mediterr%C3%A2neo>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FIRE in Moria Camp: Civil Liberties Chair demands urgent solutions to ensure safety and health of refugees and locals. **News European Parliament**. 09 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20200909IPR86714/moria-fire-civil-liberties-chair-demands-solutions-to-ensure-safety-and-health>. Acesso em: 10 dez. 2020.

- ICISS. **The Responsibility to Protect**. Canadá: International Development Research Center. 2001.
- KALDOR, Mary. **Global Security Cultures**. Cambridge: Polity Press. 2018.
- KALDOR, Mary. **New and Old Wars: organised violence in a global era**. 3rd ed. Cambridge: Polity Press. 2012.
- MANZANO, Javier. Javier Manzano of Agence France-Presse. 18 oct. 2012. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.pulitzer.org/winners/javier-manzano>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- PHILLIPS, Christopher. **The Battle for Syria: International Rivalry in the New Middle East**. Yale: Yale University Press. 2016.
- THAKUR, Ramesh. R2P after Libya and Syria: engaging emerging powers. **The Washington Quarterly**. v. 36, n. 2, Spring 2013. pp. 61 – 76.
- UNHCR. Syria Emergency [2020]. Disponível em: <https://www.unhcr.org/syria-emergency.html>. Acesso em 10 de dezembro de 2020.
- UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM. **Syria** [2020]. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/country/652>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.
- WEISS, Thomas G. **Humanitarian intervention**. Cambridge: Polity Press. 2007.
- WELSH, Jennifer M. Norm Contestation and the Responsibility to Protect. **Global Responsibility to Protect**, v.5, 2013. pp. 365 – 396.